

1. Apego e singularidade

A questão crucial não está em saber se os sentimentos e as atitudes são considerados importantes..., mas em saber se – e até que ponto – esses sentimentos e atitudes podem ser influenciados e cultivados pelo raciocínio¹.

Após termos deixado para trás o pior século da história da humanidade, *moralmente* falando², de vez em quando podemos buscar consolo em reflexões sobre alguns aspectos do passado recente que valem como avanços morais, como indicadores de um futuro mais razoável para a nossa espécie. Quando volto a mente para tais pensamentos, talvez aí sobressaia uma característica. Vou chamá-la de legitimação da diferença. Refiro-me a uma mudança na sensibilidade, a uma mudança no que as pessoas vêem como óbvio e que lhes parece exigir justificação e explicação. Tais mudanças nunca são universais. Essa mudança também não deve ter ido muito longe por enquanto. Mas creio e espero que no Ocidente tenha ocorrido um movimento desse tipo na sensibilidade das pessoas, um movimento para a aceitação da diferença – na cultura e na religião, nos sexos, na orientação sexual ou nas raças –, para o reconhecimento da sua legitimidade inquestionável e para a procura de justificação somente quando se manifesta a hostilidade à diferença ou somente onde se dá vantagem a um dos lados de tais divisões³.

1. A. Sen, "East and West: The Reach of Reason", *New York Review of Books*, vol. 47, n. 12, 20/7/2000.

2. Cf. Jonathan Glover, *Humanity: A Moral History of the Twentieth Century*, Londres, Jonathan Cape, 1999.

3. O meu otimismo a esse respeito vai de par com uma crescente preocupação quanto ao aumento da intolerância farisaica que parece ganhar terre-

É um indício desse movimento, ou uma prova da vitalidade das Conferências Seeley, o fato de que todos os conferencistas anteriores tenham dedicado tanta atenção à diversidade e à divergência e à reação apropriada a elas? Porque certamente tais movimentos na sensibilidade tanto geram movimentos na reflexão teórica quanto são alimentados por eles. As questões que desejo explorar nestas conferências adquiriram uma importância e uma topicalidade maiores por causa das suas implicações nas reflexões teóricas que acompanham a legitimação da diferença. Os pontos de vista que muitas pessoas têm sobre os assuntos que vou discutir são motivados pela sua reação à legitimação da diferença. No entanto, sinto que é melhor mantermos o questionamento dentro dos seus limites teóricos apropriados, e, portanto, convém nos abstermos, na maioria dos casos, de inferir quaisquer implicações “práticas” das reflexões que se seguem.

É teoricamente problemático aceitar a legitimação da diferença. A aceitação é mais do que uma questão de reconhecer os fatos. Consiste em endossar determinadas posições valorativas referentes a práticas normativas. A diferença é multifacetada, bem como a reação a ela. É difícil generalizar sem distorcer. Mas, em linhas gerais, aceitar significa endossar posições afirmativas, aprobatórias, referentes a práticas normativas que muitas vezes parecem incoerentes ou até mesmo francamente hostis entre si. A diversidade de crenças religiosas é um exemplo notório. Mas o mesmo acontece com estilos de vida divergentes associados a muitas diferenças, culturais ou não. Essas incoerências manifestas dão origem a profundos problemas práticos. E vou cumprir a minha promessa de não discuti-los aqui. Eles também dão origem a quebra-cabeças teóricos. Como podemos acre-

no nos Estados Unidos e na Grã-Bretanha, manifestando-se no orgulho das políticas de tolerância zero e na hostilidade vingativa em relação a qualquer um que não esteja de acordo com a ordem do dia. É possível que estejamos conquistando sensibilidade moral em algumas frentes e perdendo-a em outras?

ditar coerentemente na legitimidade da diferença? Uns pensam que ela conduz por via de regra à adoção de compreensões subjetivistas, emocionalistas ou projetionais da moral. Outros são levados a tomar essa ou aquela forma de relativismo ético ou valorativo como o ponto de vista conciliatório. Essa reação relativista não raro inclui a rejeição de qualquer crença na universalidade dos valores. Para muitos, a rejeição da universalidade dos valores é a própria essência do relativismo. No próximo capítulo, o meu tema vai ser uma exploração das fronteiras do relativismo coerente.

Neste Capítulo I, desejo examinar um desafio diferente relativo à tese de que os valores são universais. O desafio consiste em que a tese da universalidade não consegue explicar os nossos apegos mais profundos, os apegos do amor e da amizade, por exemplo, ou das relações entre pais e filhos, ou entre as pessoas e os seus países, apegos sem os quais a vida não teria sentido. Para enfrentar esse desafio, vou recorrer ao auxílio de *O Pequeno Príncipe*.

1. A perda da inocência: destruição do significado ou liberação?

Quero começar com um momento de crise. Eis como ele é descrito:

E as estradas vão todas na direção dos homens.

– Bom dia, disse ele.

Era um jardim cheio de rosas.

– Bom dia, disseram as rosas.

O príncipezinho contemplou-as. Eram todas iguais à sua flor.

– Quem sois?, perguntou ele estupefato.

– Somos rosas, disseram as rosas.

(...)

E ele sentiu-se extremamente infeliz. (...)

Depois, refletiu ainda: “Eu me julgava rico de uma flor sem igual, e é apenas uma rosa comum que eu possuo. (...)

Isso não faz de mim um príncipe muito grande..." E, deitado na relva, ele chorou*.

Trata-se de uma terna história sobre uma experiência universal. Tornamo-nos conscientes do mundo, se tivermos sorte, no seio de fortes apegos. Eles são formadores da nossa capacidade de sustentar os apegos, pessoais ou não, que são, para cada um de nós, *singulares* e entendidos como tais. Gradualmente o mundo se abre diante de nós, e os objetos dos nossos apegos perdem a sua singularidade. É um momento de crise. Para sobreviver e progredir, precisamos ser capazes de conciliar os apegos profundos que definem a nossa identidade com a noção de que os objetos desses apegos podem não ser assim tão singulares. Nem Saint-Exupéry nem eu temos algo a dizer sobre a psicologia dessa adaptação. Mas, embora às vezes use metaforicamente a linguagem da psicologia, vou procurar seguir o Pequeno Príncipe com algumas observações sobre a natureza da resolução da sua crise.

Será que não estou superestimando a chamada crise com a qual o Pequeno Príncipe se defronta? Será que não se trata apenas de amadurecimento? Essa é uma velha história: tanto como indivíduos quanto como espécie, amadurecemos pela transcendência do particular em direção ao universal; à medida que crescemos, como indivíduos e como espécie, os nossos horizontes se ampliam, passamos a entender cada vez mais aspectos do mundo e a entender melhor a nossa situação no mundo. Exatamente como o Pequeno Príncipe, transcendemos os limites do nosso parto e os apegos da nossa infância e da nossa meninice. Percebemos que há outras pessoas como os nossos pais, outras pessoas como nós mesmos.

Passamos a reconhecer o poder da razão e a nos sujeitar a ele. O seu julgamento é severo. É uma lição difícil mas

* Antoine de Saint-Exupéry, *O Pequeno Príncipe*, tr. Dom Marcos Barbosa, 21. ed., Rio de Janeiro, Agir, 1980, pp. 66-7. (N. do T.)

necessária ter que aprender que não estamos autorizados a nada só porque nós somos nós e que os nossos seres amados não são especiais só porque são nossos. Mas a razão também nos libera dos estreitos limites do nosso parto. Ela nos descortina o mundo, tornando-nos capazes de nos mover dentro dele, livres cidadãos do universo, cujos direitos de ir e vir são reconhecidos por todos aqueles que desfrutam igualmente da razão.

Não é assim que o Pequeno Príncipe resolve a sua crise, mas a história nos é bastante conhecida e muito poderosa. Pode-se negar que, assim como os indivíduos se tornam agentes morais dignos de respeito somente quando chegam a admitir que cada um é um entre muitos, e que todos têm direito à consideração, nós, enquanto espécie, evoluímos moralmente pela superação de fronteiras e alianças arbitrárias, pelo reconhecimento de que as pessoas em geral, e os animais em geral, merecem consideração e os seus interesses não devem ser ignorados? O uso do poder político não se aprimorou quando passou a ser regido por princípios racionais universais e transcendeu as alianças tribais e os outros vários tipos de favoritismo pessoal e grupal?

Acho que o Pequeno Príncipe não poderia negar que há muita verdade em tudo isso, mas esses fatos não o ajudariam a superar a sua crise. Ele acredita na importância da singularidade. Acredita que a singularidade pertence à natureza do amor, que é para ele o paradigma de todos os apegos especiais às pessoas e aos objetos. Acredita que tanto o significado quanto a compreensão, tanto a desgraça quanto a felicidade, provêm dos nossos apegos particulares, não-universais. Nas palavras que mais tarde ele aprende da Raposa: "A gente só conhece bem as coisas que cativou"* – sendo que o cativar é o modo pelo qual a Raposa conceitualiza os apegos especiais particularizados a pessoas e a objetos. A Raposa possui toda uma teoria sobre os apegos. Ela se aplica em primeiro lugar às relações de amor

* Antoine de Saint-Exupéry, *op. cit.*, p. 70. (N. do T.)

entre as pessoas, mas pode ser estendida, *mutatis mutandis*, às relações com objetos, causas, instituições, países, culturas, obras de arte, profissões ou qualquer outra coisa:

– Minha vida é monótona. Eu caço as galinhas e os homens me caçam. Todas as galinhas se parecem e todos os homens se parecem também. E por isso eu me aborreço um pouco. Mas se tu me cativas minha vida será como que cheia de sol. Conhecerei um barulho de passos que será diferente dos outros. (...) O teu [passo] me chamará para fora da toca, como se fosse música. E, depois, olha! Vês, lá longe, os campos de trigo? (...) tu tens cabelos cor de ouro. Então será maravilhoso quando me tiveres cativado. O trigo, que é dourado, fará lembrar-me de ti. E eu amarei o barulho do vento no trigo...*

Que ingênua e otimista, dirão vocês. Será que ela não sabe que o amor pode encontrar resistência e que é a fonte tanto da desgraça quanto da felicidade? Mas a Raposa está longe de estar sonhando acordada. O seu romantismo abrange todas as facetas da vida. Há valor na tristeza e na decepção. Elas têm valor porque também podem ser elementos significativos na nossa vida. Mas, mesmo quando numa vida o fracasso e a tristeza são elementos puramente negativos, a sua existência é um subproduto da possibilidade de sentido positivo: não há nenhuma possibilidade de sucesso sem uma possibilidade de fracasso, nenhuma possibilidade de sentido positivo pessoal sem a possibilidade de valor negativo.

O mundo se investe de significado por meio dos nossos apegos a ele: o significado repousa primordialmente nos objetos dos nossos apegos e, por associação, em outras coisas. Talvez haja exagero aqui, mas certamente há verdade também. De acordo com o ponto de vista sugerido pelas observações da Raposa, os apegos aos objetos, todos

* *Idem.* (N. do T.)

os apegos, conferem valor aos seus objetos e a outros associados a eles, não importa quais sejam. Aqui há três exageros. Primeiro, nem todos os apegos podem conferir valor aos seus objetos, mas apenas os apegos de valor. Segundo, a Raposa está exagerando, porque nem todo valor, e isso é parte do que temos em mente ao nos referirmos a “significado”, pode derivar dos apegos. Terceiro, a Raposa insinua que há uma ligação geral entre os apegos e a singularidade, ao passo que somente alguns apegos envolvem singularidade. Esse último ponto pode ser exagero meu e não da Raposa. Ela não explicita até onde se pode generalizar a sua explanação de “cativar”. Vou analisar esse ponto na Seção 3 abaixo. Os dois primeiros exageros estão intimamente relacionados entre si. Porque nem todo valor deriva do apego, alguns apegos podem carecer de valor, isto é, podem ser inúteis aos olhos de quem os possui. Para ter valor aos olhos de quem os possui, os apegos precisam ser valiosos em si mesmos⁴. Eu explico.

Não podemos adquirir apegos nem sustentá-los a menos que *pensemos* que agir assim vale a pena, isto é, acreditando que há valor em ter esses apegos ou em adquiri-los. Em parte, isso é simplesmente um esclarecimento do sentido em que o termo é usado aqui: ele se refere apenas aos laços dos quais estamos cientes e exclui aqueles aos quais estamos atrelados contra a nossa vontade, aqueles que preferiríamos não ter, mas dos quais não conseguimos nos livrar, ao menos não sem grande esforço. Endossamos os

4. No texto do Capítulo 1, uso “apegos” para me referir tanto a apegos específicos de indivíduos específicos quanto a espécies ou tipos de apegos, contando com o contexto para esclarecer o significado da palavra. A alegação feita no texto acima consiste em que o valor dos apegos de uma determinada espécie não depende exclusivamente do fato de que aqueles que os possuem aceitem-nos de bom grado ou com aprovação. Isso é coerente com o fato de que o valor dos apegos dessa espécie depende em parte, ao menos normalmente, da atitude assumida pelas pessoas que se apegam assim. O seu valor impessoal, ao qual se faz referência no texto, é o seu valor para nós caso fossem nossos apegos, o que independe do fato de que os aceitemos como nossos apegos.

nossos apegos, o que significa que eles são considerados valiosos⁵. Podemos, é claro, estar errados, e talvez esse ou aquele apego sejam destituídos de valor. Mas na maioria das vezes os nossos erros são contingentes. Não temos nenhuma razão para pensar que essas crenças *precisam* estar erradas, que nunca é bom ter apegos ou que nunca podemos saber quando é bom tê-los.

É possível que as pessoas adquiram um apego pensando que será valioso apenas porque o adquiriram, ou que o tenham adquirido em determinadas circunstâncias completamente independentes da natureza e do valor do seu objeto. Talvez alguns apegos sejam valiosos por razões desse tipo. Mas são casos extremamente raros. Na sua maioria, adquirimos e cultivamos apegos acreditando na adequabilidade dos seus objetos. Não nos apaixonamos porque temos uma razão para nos apaixonar por essa pessoa e não por outra, mas acreditamos que as pessoas que amamos são objetos adequados ao nosso amor. Do contrário, o amor torna-se aviltante para nós, uma obsessão que não nos larga, uma fraqueza contra a qual não conseguimos lutar ou a manifestação de qualquer outra patologia. Isso mostra também que acreditamos geralmente que o valor dos nossos apegos depende da adequabilidade dos seus objetos e que os apegos a objetos inadequados podem carecer de valor⁶. Aqui nova-

5. Essa alegação deve ser lida como sendo compatível com apegos algo irracionais, ou mesmo patológicos e autodestrutivos. Às vezes as pessoas adquirem ou cultivam apegos contra o seu melhor juízo, e os mantêm vivos mesmo quando lhes causam muito sofrimento. Mas na maior parte do tempo isso ocorre em virtude da atração irresistível exercida por algum aspecto bom da relação, digamos, a atração sexual ou o bem-estar da intimidade e da segurança (que pode subsistir mesmo na presença de abusos físicos ou mentais), etc. Embora evidentemente algumas patologias não se encaixem nesse padrão e alguns apegos sejam cultivados por puro medo.

6. Isto é, não ter valor nenhum (em vez de, no cômputo geral, o seu lado ruim ser simplesmente maior do que o seu valor). Já vi essa sugestão ser colocada em dúvida a partir do argumento de que ela é incoerente com a espontaneidade e a autonomia das nossas emoções. É como se se dissesse que um amor vale a pena somente se a pessoa que se ama é a pessoa mais adequada que se pode amar, ou como se alguém tivesse que merecer ser amado. Mas

mente não há nada de errado nas nossas crenças. Elas expressam a estrutura dos nossos conceitos e ajudam a entender o primeiro exagero na posição implícita da Raposa. Em geral, um apego precisa ter um objeto que mereça ser valioso.

Mas, embora esteja errada quanto ao valor e ao significado, a Raposa estará certa se o que tiver em mente for o *significado pessoal*, ou seja, o significado que é pessoal para cada um de nós e que pode fazer com que a nossa vida valha a pena. O significado pessoal depende realmente dos apegos: vivemos em função das nossas relações com as pessoas que amamos, dos objetivos que almejamos, sejam eles profissionais, políticos, sociais ou outros, e em função dos aspectos do mundo que passaram a ter um significado especial para nós, aqueles que “cativamos”. Se vocês duvidam disso, tentem reanimar o estado de espírito de um depressivo ou de um suicida apontando-lhes quanta coisa de valor existe no mundo: falem da beleza da natureza, dos tesouros da arte suprema que enche os museus, da riqueza da música sublime, do grande número de amantes, etc. É provável que isso só aumente a sua tristeza. O seu problema não é a ausência de valor no mundo, mas a ausência de valor na sua própria vida. Como diz a Raposa, o significado pessoal advém dos apegos.

Então, como o significado pessoal dos apegos e dos seus objetos relaciona-se com o seu valor (impessoal)? É simples: os nossos apegos apropriam-se do valor (impessoal) e o tornam significativo para nós. Eles vão muito além do reconhecimento do valor dos seus objetos e do valor de si mesmos. Dão-lhes um papel nas nossas existências, fazem-nos importantes para o sucesso ou o fracasso da nos-

não é esse o significado da minha alegação. Ela não implica nada sobre o que torna alguém um objeto adequado de um apego. Pode ser que esse alguém seja capaz de corresponder a ele e nada mais, pode ser que não o faça sofrer, ou qualquer outra prova. Tudo depende das naturezas do apego e do seu objeto. Mas é claro que se pode ser um objeto adequado de um amor, mesmo que esse amor não seja bem-sucedido ou mesmo que haja outros com os quais se teria tido mais sorte se estivessem no lugar do primeiro, etc.

sa vida. Posso reconhecer os méritos da minha cidade e o valor de tomar parte em atividades de interesse público, mas apenas quando me dedico efetivamente a isso preocupando-me com a minha cidade e me envolvendo de fato na sua vida pública é que a minha cidade e o meu engajamento na sua vida tornam-se importantes para o êxito da minha própria vida. O significado pessoal dos objetos, das causas e das ocupações depende do seu significado impessoal e está condicionado a ele. Mas temos que nos apropriar das coisas de valor para dar significado à nossa vida, significado que é condição do seu sucesso ou do seu fracasso. O nome que dou aqui a essas apropriações é apego; os apegos são os resultados do cativar que a Raposa explicou ao seu amigo.

2. O cativar: desejo ou história em comum

Mal influenciados pelos utilitaristas e por alguns economistas, podemos pensar que os nossos desejos investem de significado pessoal o que desejamos. Tendo aprendido a sua lição, o Pequeno Príncipe já não vai errar. Ao se dirigir às rosas do roseiral, ele diz:

– Vós não sois absolutamente iguais à minha rosa, vós não sois nada ainda. Ninguém ainda vos cativou, nem cativastes a ninguém. (...) Sois belas, mas vazias (...). Não se pode morrer por vós. (...) [A minha rosa] sozinha é porém mais importante que vós todas, pois foi a ela que eu reguei. Foi a ela que pus sob a redoma. Foi a ela que pus sob o paravento. Foi dela que eu matei as larvas (...). Foi a ela que eu escutei queixar-se ou gabar-se, ou mesmo calar-se algumas vezes. É a minha rosa*.

O significado se dá por meio de uma história em comum e por meio do trabalho. Eles tornam singular o objeto

* Antoine de Saint-Exupéry, *op. cit.*, p. 72. (N. do T.)

de um apego qualquer. Não há de surpreendê-los o fato de que o significado venha junto com a responsabilidade e por meio dela. Ao assumirmos deveres, criamos apegos. Os deveres e as responsabilidades especiais, e não os direitos, é que são a chave para uma vida plena de significado, e são inseparáveis dela. Ao negarmos os nossos deveres, negamos o significado da nossa vida.

É claro que nem todos os deveres são assim. Nem todos provêm dos nossos apegos, da nossa parcialidade no tocante a certas coisas. Alguns deveres são independentes dos apegos. Como veremos no Capítulo 4 ao discutirmos o respeito pelas pessoas, alguns deles baseiam-se no valor impessoal das coisas e são uma pré-condição da nossa capacidade de adquirir apegos. Mas o significado pessoal depende dos apegos constituídos em parte pelos deveres que contraímos ao longo da nossa vida, conseqüentemente ao modo como ela se desdobra.

Por que os deveres e não os direitos? Porque os deveres envolvem responsabilidades e, portanto, comprometem a nossa vida como os direitos não a comprometem⁷. Somos passivos quanto aos nossos direitos, somos, até onde lhes diz respeito, os seus recebedores. Podemos nos beneficiar deles mesmo quando totalmente inconscientes da sua existência. É claro que também podemos obedecer aos nossos deveres sem tomarmos consciência deles. Mas isso normalmente significa apenas que não os consultamos nas nossas ponderações. Não paro para pensar sobre o meu dever de cuidar do meu filho quando cuido do meu filho. Não paro para pensar sobre o dever de não matar antes de dizer “olá” a uma pessoa sem matá-la. Não se conclui daí que o dever de cuidar do meu filho ou que a proibição de matar não moldem as minhas ações. Os deveres são razões para a ação. Eles podem moldar o ponto de vista das nossas opções mesmo quando não ponderamos ou não os consultamos

7. Cf. “Liberating Duties”, em J. Raz, *Ethics in the Public Domain*, Oxford, Oxford University Press, 1995.

nas nossas ponderações. Para a maioria das pessoas, o nosso dever de não matar torna inconcebível a idéia de matar. Os nossos deveres eliminam muitas opções – excluem-nas do nosso horizonte mental. Esse é um modo de conduzir a nossa vida, talvez o modo mais profundo e mais intenso.

Os direitos também podem ter essa característica. Certos direitos determinam a posição social: reputam alguém um cidadão ou somente um membro da sociedade, e assim por diante. Estarmos cientes deles pode ser importante para atinarmos com quem somos. Entretanto, a menos que a posição social traga consigo os deveres, e portanto as responsabilidades, os direitos estão menos intimamente comprometidos com a nossa vida. Os nossos deveres definem as nossas identidades mais intensamente do que os nossos direitos. Eles estão entre os constituintes primordiais dos nossos apegos, entre os colaboradores fundamentais do sentido da nossa vida.

3. Que tipo de singularidade, quando e por quê?

O Pequeno Príncipe recobra o ânimo. A sua rosa não é perceptualmente singular, mas ela é singular sim, tornou-se singular por meio da história de amor entre os dois.

Devo confessar aqui um certo mal-estar com o modo pelo qual o Pequeno Príncipe resolveu a sua crise. Ele tem o que para mim pessoalmente é uma predileção insossa pelo estético etéreo, desencarnado. Muitos valorizam as pessoas e os objetos porque são perceptualmente singulares, isto é, fidedignamente identificáveis pela visão (em geral) ou pela audição, ou por um outro sentido. O Pequeno Príncipe resolve a sua crise rejeitando a importância da identificabilidade perceptual singular e, pode-se suspeitar, diminuindo a importância de todas as propriedades perceptuais e sensuais. De agora em diante, não lhe interessa se a sua rosa é visualmente indistinguível das outras. A história que ambos compartilham torna-a singular, e isso basta. Só posso

dizer que isso talvez seja muito bom para ele, mas não precisa ser assim para todos.

Ele se apaixonou pela rosa em virtude da sua aparência e, ao descobrir que na sua aparência ela não é singular, percebe agora que se enganou e que o seu amor se baseava na sua história em comum. Esse tipo de transmutação do amor, o fato de que o amor sobreviva mesmo quando a sua auto-compreensão se modifica, é comum e, longe de ser questionável, pode ser necessário nas condições em que vivemos. As relações duradouras não são, caracteristicamente, aquelas que permanecem imutáveis por muitos anos, mas aquelas que se modificam e vão adquirindo novos significados com o passar do tempo para substituir o valor que se desvaneceu, bem como aquelas que, embora fundadas em percepções equivocadas e enganos evidentes a respeito de si ou do outro, conservam a sua vitalidade, uma vez expostos os enganos, por meio de um melhor entendimento do que realmente significam para si e para o outro. As minhas ressalvas pessoais quanto ao novo entendimento que o Pequeno Príncipe adquiriu do seu amor têm a ver com a insinuação de que amar a rosa em virtude da sua aparência é algo superficial, ou mesmo que isso é uma base autofrustrante para o amor, que seria responsável por levá-lo à morte após a descoberta de que as outras são igualmente belas.

A vida de muitas pessoas é abundante de apegos amorosos a outras pessoas e a objetos com base na sua aparência ou em outras características perceptíveis. Sabemos que muitas amizades profundas e muitas relações amorosas são amalgamadas pela aparência, pelo cheiro ou pela sensação do contato com o outro. Em alguns meios, torce-se o nariz para isso. Mas não deveria ser assim. A aparência das pessoas, bem como todos os aspectos da sua sensualidade, estão entre as suas características mais importantes, a serem valorizadas por si mesmas e pelos outros⁸.

8. A inclinação anti-sensual em alguns setores da cultura contemporânea se associa com a crença de que a aparência das pessoas e as suas demais

Mas o Pequeno Príncipe não tem razão quanto ao fato de que as características perceptuais das pessoas não lhes são singulares e que portanto não podem constituir a base de um apego, uma vez que os apegos pressupõem a singularidade? As qualidades perceptuais e sensuais podem *de facto* ser singulares ou singulares para todos os efeitos práticos, ou seja, é muito improvável que se repitam na experiência das pessoas em questão⁹. Tal singularidade *de facto* é não raro de vital importância para as pessoas, e por bons motivos¹⁰. É verdade, porém, que a singularidade lógica também pode ser importante, e uma história em comum é o único meio prático de assegurá-la.

A razão mais abstrata e básica para a importância da singularidade (lógica) é que os apegos, os apegos do tipo que estamos levando em consideração¹¹, referem-se a um

propriedades sensuais têm menos valor e que possuí-las não constitui nenhum mérito para quem as possui porque elas são um acaso da natureza e não um resultado da vontade ou da decisão de quem as possui (embora estranhamente muitos torçam ainda mais o nariz para o esforço daqueles que fazem tudo para melhorar a própria aparência). A falácia de que o mérito ou o merecimento provém apenas da escolha ou da força de vontade é hoje um dos principais defeitos de grande parte do trabalho intelectual na área da ética e da filosofia política. Mas isso é assunto para uma outra oportunidade.

9. Na qual a nossa capacidade de discernir diferenças sob as chamadas condições normais determina o grau de similaridade que vai baldar uma alegação de singularidade.

10. De modo característico, esses motivos associam o fato de que a maioria das pessoas vale-se de propriedades perceptivas para o reconhecimento com o fato de que na nossa cultura o reconhecimento tem que ser claramente imediato ou vai provocar a perda de confiança no apego de ambas as partes (o fato de que esses pontos estejam sujeitos a exceções relativas a pessoas que sofrem de incapacidades perceptuais ou cognitivas não demonstra que não se apliquem àquelas que não sofrem dessas incapacidades). Isso está ligado com o valor especial que as propriedades perceptivas podem ter na relação.

11. Sugerir anteriormente que a explicação da Raposa sobre o cativar, sobre se apropriar de um valor universal e criar um significado pessoal, pode ser generalizada a todos os apegos, muito além das relações amorosas. Acredito que deva ser assim, mas a singularidade não desempenha um papel em todos eles. De modo característico, ela é importante quando o apego se refere a um objeto ou a uma pessoa. Em tais casos, o valor do apego muitas vezes pressupõe a singularidade do seu objeto, isto é, o valor do apego é afirmado

indivíduo particular, que é insubstituível. É claro que isso não significa que não se pode ter mais de um apego, mas apenas que os apegos são diferentes e não fungíveis. Nos casos em que uma pessoa tem um segundo filho depois que perdeu o primeiro ou em que uma pessoa se apaixona de novo depois que uma relação anterior amargou, um apego pode vir a preencher o vazio deixado pelo fenecimento do outro, mas nunca vai ser exatamente o mesmo, ainda que seja tão bom, ou melhor em tudo, quanto o outro.

A insubstituibilidade, é claro, depende de alguns aspectos. Todas as coisas são insubstituíveis em alguns aspectos e substituíveis em outros. Em muitos contextos, as reivindicações de insubstituibilidade dizem respeito ao valor do objeto supostamente insubstituível. Mas elas não significam que o objeto seja insubstituível porque o seu valor é maior do que qualquer possível substituto (na maioria das vezes, vai-se defender isso pela afirmação de que o objeto é “incomparável”). Podem significar que *em certo aspecto* o objeto é melhor do que qualquer possível substituto. Mas não raro significam algo bem diferente, ou seja, que há (ou havia) algo acerca do objeto que lhe empresta um valor especial, de tal modo que, embora alguns substitutos exequíveis possam ser tão bons ou até melhores do que ele, não vão ser exatamente os mesmos – não exatamente os mesmos naquilo que os torna bons ou valiosos e na maneira precisa pela qual eles são ou eram bons ou valiosos. É esse sentido que interessa para se entender por que a singularidade (lógica) é às vezes importante nos apegos.

Pensem no apego dos pais ao seu filho. Imaginem que esse apego seja razoavelmente bem-sucedido e pertencente a um tipo bastante comum. Aos olhos dos pais, o filho é insubstituível. Eles não precisam negar que, se esse filho

por uma relação singular do sujeito com aquele objeto particular. O mesmo não é característico quando se trata de apegos a causas ou a certos tipos de atividades. Algumas vezes o papel ou o lugar singular que ocupam na vida do sujeito são parte do seu valor. Mas com frequência não são.

morresse, teriam outro, e que, pelo que sabem, a sua relação com o novo filho seria tão bem-sucedida e recompensadora quanto com o primeiro. Mesmo admitindo isso, aos seus olhos o filho continua sendo insubstituível. Esse sentimento não é simplesmente uma expressão do desejo de serem poupados da dor e da angústia de vivenciar a morte do filho e da ansiedade que os tomara antes que o novo filho nascesse e o seu relacionamento com ele se mostrasse bem-sucedido. Suponhamos que tudo isso aconteceu e que agora, felizes com o seu novo filho, eles olhem para trás. Eles ainda consideram como singular o seu relacionamento com o primeiro filho, e julgam que esse filho era insubstituível. Havia algo especial no relacionamento com o falecido que o torna diferente, e diferente no modo como era bom, do relacionamento com o seu novo filho.

Tudo isso é compatível porque o relacionamento com o filho morto foi singular apenas *de facto*. Ele era constituído de muitos fatores, todos reproduzíveis em princípio, mas na verdade extremamente difíceis de se repetir. É possível que tal singularidade *de facto* seja tudo o que os pais valorizam. Não atipicamente, porém, não é disso que se trata. Não podemos verificar isso em situações realistas, mas não vamos nos surpreender se, defrontados com uma situação imaginária em que se substitui o seu filho por outro, de tal modo que todos os aspectos valiosos do filho e as suas relações com ele sejam repetidas, os pais recusarem essa opção, apoiados no fato de que o seu apego ao seu filho atual é singular e insubstituível. Se mesmo assim a substituição acontecer, eles vão lamentar a perda do seu primeiro filho, não obstante a chegada de um substituto igualmente bom¹². Dada a artificialidade dessa situação, não queremos lhe dar muito peso. Embora não sejam incomuns, tais reações podem ser confusas ou, por outra, injustificadas.

12. Não imagino duas crianças qualitativamente idênticas. Isso levantaria outras questões, que não seriam pertinentes aqui. No exemplo em discussão, o filho substituto é simplesmente idêntico quanto às características benéficas repetíveis-em-princípio (na vida dos pais).

Na verdade, não sustento que todos os relacionamentos com pessoas ou que todos os apegos a objetos precisam ser singulares para ser valiosos. Mas eles o são muitas vezes, o que pode ser visto pelo fato de que as características que os tornam (logicamente) singulares na vida das pessoas que os possuem constituem parte do seu valor. O primeiro filho foi o primeiro do casal, e isso torna especial o apego, isso lhe dá uma qualidade que nenhum outro pode ter para eles. Não que as relações com o primeiro filho sejam sempre boas. Elas podem ser ruins, e o filho, por ser o primeiro, pode piorar as coisas. Mas, quando o relacionamento com o filho é bom, o fato de ser o primeiro pode fazer parte daquilo que torna o relacionamento especial para os pais (e para a criança) e lhe dá uma qualidade especial, um valor especial que para eles é irrepetível, um valor que não pode ser descrito à exaustão em termos de propriedades que são em princípio repetíveis na vida do casal.

O objeto de um apego é singular se uma das suas propriedades, essencial para o valor que ele realmente possui, e que é responsável ao menos por parte do valor do apego a esse objeto, for de tal ordem que só possa ser instanciada uma única vez¹³. Essa é a explicação conceitual de por que o

13. Observem que é ao objeto que estamos apegados, e não às características que tornam valioso o apego. Esse fato, porém, não resolve o problema da singularidade. É claro que o objeto tem uma propriedade particular e não geral. Mas, como vemos, estamos apegados a ele por uma ou por outra razão. O apego não é um fato que descobrimos a respeito de nós mesmos, e sim uma atitude que endossamos. (Embora, como já se disse, possamos estar obsessiva ou viciosamente apegados contra a nossa vontade ou sem entender o que nos mantém apegados a um objeto.) O problema da singularidade advém do fato de que temos razões para os apegos dos quais estamos falando, e essas razões são universais (ver mais no Capítulo 2 a seguir).

Isso não significa que a singularidade do objeto seja o que é valioso ou valorizado nele. Se fosse assim, o objeto e o apego a ele seriam substituíveis, uma vez que há outros objetos que são singulares. Se o que tivesse valor fosse ter um apego a um objeto singular, então outros teriam feito o mesmo. É antes a singularidade das propriedades valiosas do apego que o tornam insubstituível, valorize-se ou não a sua singularidade.

O modo de entender o valor singular de certos apegos pessoais que apresento aqui, isto é, por meio do valor das propriedades históricas, pode

objeto é singular¹⁴. O que mais nos interessa é uma explicação psicológica sobre se, e nesse caso por quê, os apegos desse tipo são tão fundamentais para o significado da nossa vida, como suspeito que sejam. Infelizmente, não tenho nada de muito esclarecedor a dizer a respeito disso.

Os casos em que as características perceptuais de uma pessoa ou de um objeto estão no âmago do apego representam uma categoria especial. Dois elementos os discriminam. Primeiro, é importante para as pessoas em geral¹⁵ o fato de serem perceptualmente capazes de identificar aquelas a quem estão apegadas. Segundo, as propriedades perceptuais não são singulares. Pessoas diferentes podem parecer a mesma, etc. A combinação dos dois elementos significa que alguns apegos perduram e se desenvolvem porque, realmente, o objeto do apego é singular na experiência da pessoa que está apegada a ele. Tais apegos seriam esvaçados ou transformados se surgisse um objeto perceptualmente indistinguível. Descobrir que o objeto de uma determinada afeição possui um gêmeo idêntico perceptualmente indistinguível pode gerar uma grande tensão no relacionamento. A descoberta de que um quadro favorito é visualmente indistinguível de uma réplica também pode causar um efeito perturbador.

Em tais casos *de facto*, a singularidade perceptual também pode ser uma condição para a existência e o êxito do apego. Mas essa exigência de singularidade perceptual *de*

granjear para si o sentido de que o que é singularmente valioso é o objeto – é o objeto sob aquela descrição histórica: o meu primeiro filho, isto é, o meu primeiro filho *qua* um primeiro filho, etc.

14. Isso também explica por que a exigência de singularidade não é vazia. Sem dúvida, tudo é singular de certo modo, mas os modos que contam são aqueles que contribuem para o valor do apego, e nem tudo é singular desse modo.

15. Há exceções a essa generalização: uma pessoa cega pode se apaixonar por outra pessoa cega em virtude da sua beleza, ainda que ambas não sejam capazes de se enxergar por si mesmas, assim como podem estar apegadas a um quadro em virtude da sua aparência, embora não sejam capazes de enxergá-lo.

facto, isto é, de que uma pessoa seja perceptualmente capaz de identificar o objeto do seu apego entre os objetos no âmbito da sua experiência, é distinta da exigência básica de singularidade lógica antes mencionada, e se deve à natureza específica desses apegos. Ela é coerente com o fato de que a singularidade absoluta e não apenas *de facto* define esse tipo de apego, contanto que o objeto do apego possua propriedades valorativas adicionais que são singulares e contribuem para o valor do apego.

Nesse ponto, vem em nosso auxílio a explicação da Raposa. Valorizar os objetos pela sua aparência singular (*de facto*) não entra em conflito com a teoria dos apegos da Raposa. Os apegos a pessoas e a objetos são moldados pela história em comum, pela tomada de responsabilidade e tudo o mais. Mas alguns apegos *também* implicam valorizar a aparência singular *de facto* dos seus objetos.

Essa é uma autêntica solução para a crise? Ou a importância fundamental dos apegos pessoais apenas a torna ainda pior? Aprendemos que, de modo característico, os apegos pessoais a objetos extraem em parte o seu valor da singularidade do objeto ou do apego da pessoa ao objeto. Agora o Pequeno Príncipe está convencido de que, embora as rosas do roseiral sejam indistinguíveis da *sua* rosa no tocante às suas propriedades qualitativas intrínsecas – e espero que ele me perdoe essa expressão complicada –, ainda assim a sua rosa é singular, singular para ele. A sua singularidade não está nas suas propriedades qualitativas e intrínsecas. Ela depende do passado. Está nas ações e nas decisões passadas da rosa e do Pequeno Príncipe.

Os apegos pessoais emergem das nossas biografias e, quando o seu valor depende de características biográficas singulares, são singulares para cada um de nós. Essa é a solução do quebra-cabeça? Antes de mergulhar mais fundo, desloquemos a nossa atenção do pessoal para o público, porque, é claro, o problema da condição da singularidade se nos depara tanto na vida pública quanto na vida privada.

4. Uma diversão pública

A história pública tem dois lados, um tranqüilizador e outro preocupante. O lado tranqüilizador é que as ações passadas das pessoas podem ser, e muitas vezes são, honradas em atos públicos: por exemplo, os veteranos de guerra e os cônjuges são devidamente tratados de modo especial em virtude das suas ações passadas. O apego do Pequeno Príncipe à *sua* rosa merece reconhecimento público, porque a lei, ou, mais amplamente, o domínio público, pode admitir que todo apego, ou todo apego que atenda a certas condições, deve ser reconhecido como uma fonte de *status*, de direitos ou de responsabilidades.

Isso sossega um medo equivocado, quer dizer, o medo de que os apegos pessoais, sendo singulares, sejam arbitrários. Isso mostra que o reconhecimento do valor de apegos singulares vai ao encontro da condição de universalização, e que ele é inteligível: nós o entendemos porque podemos subordiná-lo a conceitos gerais, conceitos que explicam o que há de bom nele, o valor de tais apegos. Isso não é nenhuma surpresa: de modo informal, foi o que a Raposa e eu estávamos fazendo ao relacionar os apegos com o significado que a vida tem para as pessoas.

Ademais – um ponto não menos importante –, o reconhecimento público de apegos *pessoais* pode ser imparcial: cada apego é singular para cada indivíduo, mas outros apegos semelhantes em valor e significação podem existir e muitas vezes existem de fato na vida de outras pessoas. O domínio público pode conceder reconhecimento a todos esses apegos com imparcialidade.

Mas, já nos preocupando, podemos indagar: isso basta? A imparcialidade é resguardada no domínio público desde que o Estado – que menciono aqui como o agente que controla o domínio público, embora evidentemente outros agentes estejam envolvidos também – atue como um juiz imparcial, discreto e sem personalidade própria. Mas esse não é o modo pelo qual os Estados costumam atuar. Eles reputam a si mesmos como os depositários de uma herança

nacional. Protegem os lugares históricos, os aspectos do meio ambiente, os tesouros culturais, as línguas e as obras nelas produzidas, e muito mais. Tomemos um exemplo distante, de modo que os nossos apegos pessoais não nos atrapalhem muito.

Vou falar sobre educação, embora considerações semelhantes possam aplicar-se a qualquer atividade cultural mantida, direta ou indiretamente, pelos nossos agentes públicos. Pär Lagerkvist, imagino eu, faz grande figura no currículo da Suécia. Suponho que se dê proeminência semelhante aos escritos de Frans Eemil Sillanpää na Finlândia*. Imaginem que haja um protesto exigindo o rebaixamento de Sillanpää em benefício de Lagerkvist, sob o pretexto de que o grande escritor é este último. Quando surgem disputas como essa, elas conduzem freqüentemente a discussões sobre quem é o grande romancista, quão objetivos são tais juízos e quais são os critérios do valor literário. Trata-se de questões meritórias e estimulantes, mas não precisam estar em jogo. Pode-se reconhecer que o grande escritor é Lagerkvist e ainda assim reagir contra a opinião de que Sillanpää deva ficar em segundo lugar, visto que – e com esse propósito eu sou finlandês – Sillanpää é dos nossos, enquanto Lagerkvist não é. Rejeitar essa alegação é sustentar que há um time de autores mundiais de primeira linha: Shakespeare, Goethe, Balzac, Tolstói, Proust ou seja lá quem for, que forneceria subsídios para o currículo de qualquer lugar, não importa se Alemanha ou Albânia, e assim por diante. Essa atitude é a receita para a destruição das culturas e das tradições, para a imensa padronização da civilização, uma padronização até hoje só alcançada pelas grandes redes hoteleiras corporativistas: os Hiltons, os Holiday Inns e que tais.

5. Apegos e identidade

* Frans Eemil Sillanpää (1888-1964), romancista, nasceu em Hämeenkyrö, Finlândia, e ganhou o Prêmio Nobel em 1939. Pär Fabian Lagerkvist (1891-1974), poeta, dramaturgo e romancista, nasceu em Växjö, Suécia, e também ganhou o Prêmio Nobel em 1951. (N. do T.)

Mas o que há de errado com o sonho de uma cultura universal de grandes realizações? Por que Sillanpää deve ser ensinado na Finlândia só por ser finlandês? Responder a isso é entender o que é ser finlandês, sueco ou qualquer outra coisa¹⁶. Um ponto que nos devolve à conexão, até hoje negligenciada, entre o apego e a identidade. Assim, permitam-me passar de volta do público ao pessoal.

Podemos dar certas coisas por entendidas. Quando falo de “identidade”, por exemplo, não tomo o termo no sentido de fixar os limites da continuidade de um objeto ou definir um objeto dentro de um tipo: essa pilha de toras de madeira da qual foi feito o barco de Teseu ainda é o barco de Teseu? Referimo-nos à identidade que se revela nas respostas à questão: quem sou eu? Eu sou um homem, um acadêmico, um pai, etc. Essas respostas me tornam o que eu sou. É a identidade de que trata a política de identidade, que é determinada, em parte, pelas nossas ações e decisões passadas. É a identidade que leva alguém a dizer: “Aqui estou eu, não posso ser outro”, sabendo que poderia ser se quisesse, e no entanto falando a verdade. É uma verdade que pode ser empurrada para alguém, e não produzida por alguém. Para mim, ser judeu não é uma questão de escolha, tampouco ter a pele escura ou ser um homem. Mas alguns aspectos da identidade de uma pessoa são um produto da sua vida, seja por livre escolha ou não, tais como ser um imigrante ou um acadêmico. Aqui há distinções que já examinamos. Talvez estar apaixonado por esta rosa não faça parte da identidade do Pequeno Príncipe, mas estar apaixonado certamente faz¹⁷. Em geral, apenas os apegos mais abstratos de uma pessoa são formadores de identidade: o

16. Notem que o argumento se aplica apenas aos aspectos de uma cultura que possuem um valor intrínseco, e somente na medida em que o possuem. Aqueles que possuem um valor instrumental podem não ser considerados como um bem cultural ou nacional. Portanto, o argumento não implica que ciências diferentes devam ser estudadas em países diferentes.

17. Como normalmente acontece com ser dessa ou daquela nacionalidade, etnia, etc.

desejo de ter uma residência fixa ou ser um nômade pela vida afora, em vez de amar a residência atual ou as viagens atuais. Mesmo assim, é apenas uma questão de grau. Não há fronteira nítida entre os apegos formadores de identidade e os outros apegos.

Todos os aspectos da identidade de uma pessoa tornam-se uma força positiva na sua vida somente se compreendidos e aceitos como tais¹⁸. São as fontes do sentido dessa vida, e fontes de responsabilidades: as minhas responsabilidades especiais são as de um cidadão, um pai, um amante, um acadêmico. São normativos porque comprometem a nossa integridade. Precisamos ser verdadeiros para com quem somos, mesmo quando tentamos mudar. Assim, os apegos formadores de identidade são os princípios organizadores da nossa vida, da real bem como da imaginária. Dão-lhe tanto forma quanto significado. No conjunto, estão entre os determinantes da nossa individualidade. E, repetindo, dependem em parte do passado. Eu poderia ter sido um advogado, ter ficado no meu país de origem, e assim por diante. Provavelmente isso não me faria mal nenhum, mas eu teria sido diferente. A minha vida teria um significado diferente, e teria que atender a outras responsabilidades. Negar o nosso passado é trair a nós mesmos. Essa é uma justificativa suficiente para a nossa dependência em relação ao nosso passado.

6. Identidade de grupo

Voltemo-nos aos grupos, aos grupos nacionais ou a outros grupos. Eles também têm uma identidade que é determinada pelas suas ações e tradições; uma identidade definida pela sua cultura, pela sua memória coletiva e pelas suas

18. Embora de outro modo, os aspectos da própria identidade que uma pessoa deseja mudar desempenham um papel diferente mas não menos importante na sua vida.

responsabilidades comuns, as quais advêm delas. As identidades coletivas, assim como os caracteres individuais, tendem a ser uma mistura do bom, do ruim e do indiferente. O nosso interesse, porém, não recai sobre as identidades de grupo em si mesmas, mas sobre o papel que desempenham na vida dos indivíduos, e especialmente sobre o fato de que contribuem para a identidade individual. Não se trata de nenhum fetichismo pelo grupo, de nenhuma valorização de entidades místicas coletivas à custa de uma preocupação pelos seres humanos. Trata-se do reconhecimento de que a identidade pessoal e o significado pessoal dependem de uma associação de pessoas pertencentes a uma vasta gama de grupos, nacionais, religiosos, profissionais, entre outros, e da sua identificação com eles¹⁹.

Assim, deveríamos ser capazes de tomar toda uma série de decisões em matéria de educação e cultura, com as suas consideráveis implicações econômicas, entre outras, por razões deste tipo: manter e desenvolver a “nossa” cultura e as “nossas” tradições. “Qual é o problema?” É o que espero que vocês estejam se perguntando. Porque certamente tomamos tais decisões por essas mesmas razões todos os dias da semana, e, como acabei de discutir, ao fazê-lo servimos ao interesse das pessoas que estão relacionadas com as causas às quais as nossas decisões servem. Essas decisões são como quaisquer outras: fundadas na necessidade de servir ao interesse das pessoas. São comparáveis ao estabelecimento de um serviço gratuito de saúde que atenda às necessidades sanitárias das pessoas. Mas esse ponto de vista é elementar demais. Ele ignora tanto algumas das conseqüências quanto algumas das razões para a ação em apoio aos apegos. Esse tipo de ação serve de fato aos in-

19. Não se deve confundir identificação com aprovação. Assim como a associação, também a identificação pode ser uma condição que abre caminho para a mais virulenta crítica do grupo. Ninguém se importa mais com o grupo do que os seus membros e aqueles que se identificam com ele. Isso por si só costuma ser reconhecido como algo que os qualifica a ser críticos de um modo que os de fora não têm direito de ser.

teresses das pessoas que possuem os apegos, mas igualmente tende a perpetuá-los, a fomentar circunstâncias que provavelmente vão suscitar apegos semelhantes nos jovens e em outras pessoas. Ademais, as razões pelas quais as pessoas apóiam as causas às quais estão ligadas não são inteiramente instrumentais. Elas acreditam no valor dessas causas e as apóiam em virtude dessas crenças, como algo que é intrinsecamente correto ou bom. Até certo ponto, precisam fazê-lo, porque o seu apego a essas causas inclui uma necessidade de se expressarem, muitas vezes no domínio público, por meio da ação que fomenta essas causas.

Evidentemente, a ação que apóia diversos apegos no domínio público pode ser moderada em consideração aos direitos e aos interesses dos outros. Mas as razões primeiras para que as pessoas apóiem causas não são imparciais. Buscamos esses apegos porque são nossos apegos, apegos em cujo valor acreditamos. O Estado ou outros grupos, como agentes apartados dos seus membros, atuam em nome dos seus membros e por razões que são razões válidas para os seus membros. Assim, atuam para promover aquilo a que os seus membros ou, se preferirem, aquilo a que eles mesmos estão ligados, em virtude dos seus apegos e em virtude da sua crença no valor desses apegos.

Muitos consideram natural essa idéia, enquanto outros sentem-se incomodados por ela. Estes últimos afirmam que essa idéia preserva uma tradição apenas porque ela existe. É conservadora e não pode ser defendida racionalmente. No domínio público, deparamo-nos com uma crise análoga à crise pessoal vivida pelo Pequeno Príncipe na sua chegada ao roseiral.

7. Um exemplo israelense para reduzir o mal-estar

Antes de nos defrontarmos com esse ponto, podemos reduzir o mal-estar em relação a ele. Há limites para o papel de tais considerações, para o papel legítimo que elas desempenham nas decisões públicas. O seguinte exemplo

vem muito a propósito²⁰. Uma lei israelense fundamental afirma que o Estado de Israel é um Estado judeu. Os tribunais israelenses lutaram contra as implicações da lei para colocá-la em prática. O presidente do Supremo Tribunal, Senhor Juiz Barak, disse que um Estado judeu significa um Estado que abraça os valores que o judaísmo deu ao mundo, ou seja (passo a citar), “o amor à humanidade, a inviolabilidade da vida, a justiça social, a igualdade, a proteção da dignidade humana, o governo da lei sobre a legislação, etc.” Penso que ele deu ao estatuto a sua única interpretação aceitável. Observem que, nesse mesmo sentido, a França também pode constituir um Estado judeu. Ela também pode abraçar os valores que o judaísmo deu ao mundo, ou seja, o amor à humanidade, a inviolabilidade da vida, a justiça social, a igualdade, a proteção da dignidade humana, o governo da lei sobre a legislação, etc. Na verdade, pode-se dizer que nesse sentido nenhum Estado é moralmente bom a não ser que seja um Estado judeu. Isso mostra que Barak adotou a interpretação errada? Ele não esvaziou o significado desse artigo legal? Não e sim. Ele esvaziou o significado da lei, mas era o que tinha que ser feito. Seria errado supor que, além de seguir a justiça, a igualdade, a dignidade e outros valores universais, a lei israelense devesse seguir certos valores adicionais *especificamente judeus*, que poderiam entrar em conflito com a justiça ou com os outros valores e comprometê-los. É claro que, na medida em que os valores universais que Barak menciona, entre outros, não prescrevem exclusivamente uma maneira correta de organizar as instituições sociais e as relações humanas – nisso eles sempre falham e abrem grandes áreas discricionárias –, Israel deve seguir as suas próprias tradições. Mas isso não é a mesma coisa que contar com tais tradições à custa dos va-

20. Faço aqui um empréstimo da minha discussão sobre o mesmo exemplo, presente na minha contribuição a M. Walzer, M. Loberbaum e N. J. Zohar (orgs.), *The Jewish Political Tradition*, vol. I, pp. 509-14, New Haven, Yale University Press, 2000.

lores éticos. Tampouco é a mesma coisa que dar preferência às tradições de um grupo da sua população em detrimento das tradições de outro grupo.

8. Em conclusão

Algumas pessoas ainda vão colocar em dúvida a defensibilidade racional de contar com as tradições na esfera pública e com os apegos pessoais na esfera privada. Qual o motivo do seu mal-estar? Tentei restabelecer a confiança salientando que aqui não há nenhuma ameaça à exigência da universalização dos juízos de valor. No sentido de que é uma exigência válida, é uma precondição de inteligibilidade e racionalidade. Reflete a idéia de que qualquer coisa que tenha valor pode ser explicada por ser assim sem o uso de referências específicas. O que é bom nos apegos e nas tradições pode ser explicado desse modo. Por isso, nenhuma preocupação com a racionalidade dos apegos aflige o Pequeno Príncipe. Os apegos concretos são bons para aqueles que os possuem; o seu valor está dentro da esfera do significado pessoal. A singularidade de um objeto ou de uma busca instituída por um apego é a singularidade relativa a uma dada pessoa, e não a singularidade avaliada de modo impessoal.

Então, qual é o problema? Algumas pessoas podem se sentir incomodadas pelas considerações que remetem ao argumento de “um pensamento a mais”, de Bernard Williams²¹. A casa está pegando fogo, o seu namorado está em um quarto e uma segunda pessoa em outro. Você entra correndo e salva o seu namorado. Para estar certo, o seu raciocínio não teve que ser: agindo assim, não só vou salvar uma vida como também um relacionamento valioso, um apego valioso (e não sei se o mesmo vai ser verdadeiro se eu sal-

21. Ver B. Williams em J. J. C. Smart e B. Williams, *Utilitarianism: For and Against*, Londres, Cambridge University Press, 1973.

var antes a outra pessoa)? Certamente que não. Ter pensado assim é ter tido um pensamento a mais, diz Williams, e isso diminui a pureza do seu apego ao seu namorado. E ele tem razão quanto ao modo de pensar, à hesitação e à necessidade de examinar o argumento dentro da mente de alguém. Mas ele tem razão quanto ao conhecimento? Não acontece às vezes que as exigências dos outros predominam sobre o chamado dos apegos de uma pessoa, e um agente racional tem conhecimento implícito de quando é e quando não é assim, um conhecimento com o qual ele conta sem deliberação, um conhecimento que norteia a sua ação inteiramente instintiva? O problema de Williams não deveria nos incomodar. Algo deveria?

O significado pessoal emerge da nossa história pessoal e coletiva sob formas que desafiam dois extremos. Elas desafiam a crença nos valores universais imutáveis e desafiam o sonho da autocriação sem grilhões. O significado pessoal emerge da construção de apegos a objetos adequados a tais relacionamentos: o amor degrada a quem ama se aplicado a um objeto que não vale a pena, a admiração é ridícula se dirigida a um lugar comum, o respeito é pervertido quando aqueles a quem se respeita não o merecem. John, do seriado *Ally McBeal*, não apenas parece ridículo. Ele é ridículo quando entrega o seu amor a um sapo. Mas, embora precisem achar objetos dignos de ser valiosos, os apegos também elevam o valor dos seus objetos, tornam-nos especiais e (no caso de apegos a pessoas e a objetos) singulares para aqueles cuja história os vincula desse modo.

Sinto que a necessidade de manter esse equilíbrio entre o valor preexistente e o valor autocriado é que é uma importante fonte do mal-estar em relação à idéia de que o valor, do modo como aparece no significado pessoal, é moldado historicamente. Tendemos a guinar para o extremo da imutabilidade e da independência completas do valor ou para o extremo da autocriação do valor, ao passo que a verdade é que o valor não é nenhum deles e ambos.